



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681273 - SP (2021/0225798-1)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : OSVALDO DETTMER JUNIOR  
**ADVOGADO** : OSVALDO DETTMER JUNIOR - MS017740  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUAN ALVES DE SOUZA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUAN ALVES DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (2085318-82.2021.8.0000).

O paciente cumpre pena de 11 anos, 10 meses e 20 dias de reclusão pela prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, com término previsto para 10/02/2028.

O impetrante sustenta que o paciente cumpre pena em regime semiaberto “há meses” e postulou a transferência para a cidade de Eldorado/MS, “local onde reside a sua família e já tem proposta de emprego”, o que restou autorizado pelo juízo das execuções. Aduz que o magistrado determinou, em 04/03/2021, a intimação do diretor da unidade prisional onde se encontra recolhido o paciente para que fosse efetivada sua transferência, todavia, ainda, não houve o cumprimento da determinação judicial.

Requer a concessão da liminar da ordem *habeas corpus* para o fim de que seja determinada a intimação da direção do estabelecimento prisional para que cumpra a determinação de transferência do paciente para o município de Eldorado/MS, ou libere o mesmo, mediante a assinatura de termo de compromisso que se apresentará na Delegacia de Polícia Civil de Eldorado em 05 dias, sob pena de revogação do benefício e regressão de regime, sob pena de cometer crime de desobediência.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador (fls. 10/14). Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar habeas corpus, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente